



ELABORAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: relato de experiência

Preparation, development and implementation of the archive policy of the University of Brasília: experience report

CYNTHIA RONCAGLIO¹

RODRIGO DE FREITAS NOGUEIRA²

RAFAEL AUGUSTO MENDES ROSA³

THIARA DE ALMEIDA COSTA⁴

Resumo

Presume-se que a política arquivística de uma instituição, como a de uma universidade pública, deve estar alinhada com as políticas informacionais da instituição e esta, por sua vez, alinhada à política de informação nacional. Contudo, tais políticas nem sempre (ou quase nunca) são formalmente delineadas, sendo deduzidas implicitamente por meio da criação de instituições, leis, sistemas ou serviços que expressam diretrizes gerais sobre a informação, de maneira mais ou menos explícita. Este artigo tem como objetivo descrever o processo de construção e os desafios relacionados à elaboração, desenvolvimento e implementação da política arquivística da Universidade de Brasília (UnB). O método adotado fundamenta-se no levantamento documental e bibliográfico sobre o tema, bem como no relato dos autores que estiveram envolvidos de maneira direta ou indireta ao longo do extenso percurso que resultou na elaboração do documento final.

¹ Docente do Curso de Graduação em Arquivologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) da Universidade de Brasília (UnB). Diretora do Centro de Documentação/Arquivo Central da UnB entre 2013-2017. E-mail: roncaglio@unb.br.

² Mestre em Ciência da Informação. Arquivista e Diretor do Arquivo Central da UnB desde 2017. E-mail: rodrigofn@unb.br.

³ Mestre em Ciência da Informação. Arquivista do Arquivo Central da UnB desde 2016. E-mail: rafaelrosa@unb.br.

⁴ Mestre em Ciência da Informação. Arquivista do Arquivo Central da UnB desde 2011. E-mail: thiara@unb.br.



Palavras-chave

Política arquivística. Política de informação. Universidade de Brasília.

Abstract

It is commonly understood that the archival policy of an institution, such as a public university, should be in harmony with the institution's broader information policies, which, in turn, are aligned with national information policy. However, these policies are often not formally articulated, instead being implicitly inferred through the establishment of institutions, laws, systems, or services that embody general information guidelines to varying degrees of explicitness. This article aims to elucidate the construction process and challenges associated with formulating, developing, and implementing the archival policy at the University of Brasília (UnB). The methodology employed involves a comprehensive review of relevant records and literature, complemented by insights from authors directly or indirectly engaged in the extensive process culminating in the final record.

Keywords

Archival policy. Information policy. University of Brasília.

1 INTRODUÇÃO

Para discorrer sobre a elaboração, desenvolvimento e implementação de uma política arquivística em uma instituição pública, é imperativo, inicialmente, abordar, ainda que de forma concisa, a noção de política e, mais especificamente, de política arquivística. De acordo com Marilena Chauí (2001), a política, em sua essência, pode ser compreendida em dois aspectos: como uma atividade voltada para a gestão e organização de instituições, sejam elas públicas ou privadas; e como uma prática que envolve dinâmicas de poder para determinar os rumos da gestão e organização, seja no âmbito governamental, em grupos partidários, ou entre os sócios de uma empresa privada.

Na sociedade contemporânea, como apontado por Roncaglio (2006), as preocupações e desafios políticos tornaram-se mais abrangentes, complexos e interconectados, demandando uma atualização na gestão e organização das instituições públicas para refletir a complexidade e inter-relação das dimensões administrativas, políticas, tecnológicas e sociais. Uma política arquivística contemporânea não pode ser concebida dissociada de uma política informacional, dada a estreita relação consolidada nos últimos dois séculos entre as práticas arquivísticas e a gestão da informação. Entretanto, surge a questão: o que engloba uma política pública da informação? Segundo Jardim, trata-se de

[...] um conjunto de premissas, decisões e ações - produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social - que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada. (Jardim, 2008, p.7)

Uma abordagem mais operacional, voltada para o funcionamento prático de uma organização, é oferecida por Choo:

São regras que especificam o sistema de comunicação que dirige e delimita o fluxo e o uso da informação. Em particular, essas regras definem as características da informação que entra na organização, distribuição e condensação da informação recebida, a distribuição e condensação da informação gerada internamente, e as características da informação que deve sair da organização. (Choo, 2011, p. 314)

A política informacional de uma instituição, como a de uma universidade pública, seja interpretada como valores ou como regras a serem seguidas, presume que, a mesma deve estar alinhada com as políticas informacionais do governo. Contudo, tais políticas nem sempre (ou quase nunca) são formalmente delineadas, sendo deduzidas implicitamente por meio da criação de instituições, leis, sistemas ou serviços que expressam diretrizes gerais sobre a informação, de maneira mais ou menos explícita. No contexto brasileiro, por exemplo, não dispomos de uma política de informação abrangente, seja do governo ou do Estado. Em vez disso, temos premissas, princípios e algumas decisões expressas na Constituição Federal; na Lei de Acesso à Informação; na Lei Geral de Proteção de Dados; na Lei de Arquivos nº 8.159/1991; em decretos; regulamentos, no Marco Civil da Internet; no SIGA; e no SINAR. Em alguma medida esse conjunto de leis e normativos definem, num nível macro, uma Política de Informação. Todavia, como reforça Jardim,

Políticas públicas são exercidas num território de divergências e de tentativas de convergências. Podem e devem ser balizadas pela lei, mas não são integralmente 'controladas' naquilo que constitui a dinâmica própria do jogo político democrático. São tais processos políticos que ocasionam frequentemente a emergência de novas alternativas legais." (Jardim, 2003, p. 38)

As políticas públicas de informação, quando formalmente existem, costumam ser setoriais, elaboradas por instituições em níveis nacional, regional ou local. Se examinadas com atenção, muitas vezes não se constituem como um documento



elaborado para tal fim, mas sim como um emaranhado formado por trechos de leis e normas de negócios preexistentes.

No Brasil, não contamos com um documento formal em âmbito nacional que apresente de forma explícita uma política arquivística, incluindo as responsabilidades que devem orientar a formulação de políticas arquivísticas setoriais. Todavia existem leis, normativos e instituições que estabelecem, cada qual de maneira mais ou menos convergente, definições, procedimentos e orientações relacionadas à produção, uso, preservação e acesso aos documentos de arquivo, tanto de natureza pública quanto privada.

No caso da Universidade de Brasília (UnB), a tentativa inicial para se elaborar uma política de informação e comunicação, na qual estaria inserida uma política arquivística, foi desencadeada a partir de 2011, sob a iniciativa de um grupo de docentes da Faculdade de Ciência da Informação (FCI) e Faculdade de Comunicação (FAC), que promoveram um evento intitulado Gestão da Memória: diálogos sobre políticas de informação, documentação e comunicação para a Universidade de Brasília. A proposta então era promover um amplo debate sobre a gestão da memória e da informação entre as unidades acadêmicas e administrativas que compõem a UnB, com o intuito de formular um documento propositivo a ser entregue à Administração Superior. Em síntese, pretendia-se elaborar uma política de informação permanente, que pudesse ser constantemente monitorada e revista pelas unidades responsáveis (Roncaglio; Simeão, 2016). Foram realizadas mais três edições desse evento em 2013; 2016; e 2018.

Embora tenha sido um evento que, nas suas diversas edições, proporcionou a oportunidade de integração e reflexão de muitas unidades comprometidas com a informação e comunicação que se produz e difunde na Universidade - e tenham sido feitas tentativas de um eixo comum para a formulação de uma política - por diversas razões que não cabem analisar aqui, tal iniciativa, naquele momento, não foi suficiente para encorajar uma adesão mais efetiva da Administração Superior da UnB.

Todavia, tal fato não significa que a iniciativa não tenha sido proveitosa e particularmente auspiciosa para o desenvolvimento de ações importantes para a visibilidade e a reestruturação do arquivo, até então denominado Centro de Documentação (CEDOC) que, por fim, culminou na criação do Arquivo Central (ACE) da Universidade de Brasília. Ao contrário, serviu como insumo e combustível para avançar e implementar uma série de ações que desembocaram na formulação da política arquivística da instituição como será aqui relatado.

Este artigo tem como objetivo descrever o processo de construção e os desafios relacionados à implementação da política arquivística da Universidade de Brasília (UnB). O método adotado fundamenta-se no levantamento documental e bibliográfico sobre o tema, bem como no relato dos autores que estiveram envolvidos de maneira

direta ou indireta ao longo do extenso percurso que resultou na elaboração, desenvolvimento e implementação do documento final.

2 CONTEXTO INSTITUCIONAL

Criada pela Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, e inaugurada em 21 de abril de 1962, a Universidade de Brasília iniciou suas atividades sem contar com uma unidade central responsável por seus arquivos, o que foi superado somente com a criação do Centro de Documentação e Arquivo (CEDAQ) pelo Ato da Reitoria nº 345, de 25 de agosto de 1986. Ao longo das décadas seguintes, o Centro de Documentação (CEDOC) – nova denominação dada ao setor pelo Ato da Reitoria nº 596, de 24 de outubro de 1988 (Universidade de Brasília, 1988), que paradoxalmente excluiu o termo “arquivo” – teve seu papel consolidado nas atividades de preservação da memória da UnB, porém, sem atos administrativos formais que amparassem a atuação da unidade central e das unidades produtoras, descentralizadas, na gestão e preservação dos documentos de arquivo.

Na segunda metade dos anos 2000 foram iniciadas ações de gestão de documentos junto às unidades administrativas e acadêmicas da Universidade, por meio do serviço de consultoria arquivística prestado pela Coordenação de Arquivos do CEDOC. Nesse período foi dado início também à eliminação de documentos e transferência e recolhimento de documentos acumulados nas diversas unidades para o CEDOC. Destaca-se, então, a partir de 2008, a atuação de arquivistas contratados em decorrência das ações do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ao implementarem processos e atividades estabelecidos que viabilizaram o estabelecimento de um programa de gestão de documentos (Roncaglio, 2016, p. 190).

Em 19 de fevereiro de 2014, o Arquivo Central (ACE) foi criado, substituindo o antigo CEDOC, e ganhando uma estrutura formal constituída de três coordenações técnicas: Coordenação de Protocolo (COP); Coordenação de Gestão de Documentos (COGED); e Coordenação de Arquivo Permanente (COAP); além da Direção; do Conselho Consultivo; e do Apoio Administrativo (Universidade de Brasília, 2014a). Suas atividades e atribuições foram definidas posteriormente em um Regimento Interno, por meio da Resolução do Conselho Universitário nº 19, de 24 de julho de 2015 (Universidade de Brasília, 2015). No referido Regimento, define-se que o ACE e suas coordenações são responsáveis pela proposição e implementação da política arquivística da UnB e pela coordenação de seu Sistema de Arquivos (SAUnB), o qual foi criado pela Resolução do Conselho Universitário nº 39, de 29 de dezembro de 2014 (Universidade de Brasília, 2014b).



3 PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA DA UNB

Para consolidar a Política Arquivística em um único ato administrativo da Administração Superior, o Arquivo Central empreendeu um processo abrangente que envolveu a compreensão profunda da legislação e teoria arquivística e a capacitação e empenho dos servidores.

Um documento fundamental para delinear a Política Arquivística da UnB foi o e-ARQ Brasil: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos (Conarq, 2022) que oferece uma visão abrangente sobre o que constitui uma política arquivística e os seus aspectos essenciais. Entre os princípios fundamentais destacados, “a política arquivística é iniciada com uma declaração oficial de intenções que especifica, de forma resumida, como será a gestão no órgão ou entidade” (Conarq, 2022). Tal declaração deve ser formulada com base no contexto jurídico-administrativo institucional, sua estrutura organizacional, competências e atividades; ela também precisa estar alinhada a outras políticas informacionais existentes na instituição, como a política de segurança da informação, e requer o apoio da direção superior e alocação de recursos necessários para a sua implementação.

A elaboração da declaração oficial de intenções e aprovação do documento final, seis anos após a criação do Arquivo Central (ACE), foi possível graças ao desenvolvimento institucional do ACE, ao Diagnóstico Situacional dos Documentos de Arquivo da UnB, às consultorias arquivísticas feitas nas unidades, e aos cursos de capacitação oferecidos aos servidores da UnB, que envolviam práticas relacionadas aos documentos convencionais e digitais, bem como as consultas e empréstimos aos usuários dos arquivos. Esse esforço envolveu a compreensão das necessidades da Universidade, de suas unidades e arquivos correntes, das demandas do próprio Arquivo Central, abrangendo os documentos das fases intermediária e permanente, bem como as expectativas dos agentes e usuários, como produtores, gestores e pesquisadores dos serviços de arquivo.

Dessa forma, dotados de uma equipe qualificada e uma compreensão aprofundada do panorama arquivístico da Universidade, foram empreendidos esforços para estabelecer as bases de uma política arquivística. Para tal, foi adotada uma metodologia que visava obter uma visão abrangente e diversificada por parte dos arquivistas da Instituição. A estratégia escolhida e consolidada no planejamento institucional da unidade⁵ foi a implementação de Grupos de Trabalho (GTs) com representação de servidores de cada coordenação técnica no âmbito do Arquivo Central. Inicialmente, foram estabelecidos três GTs que não incluíram a participação de coordenadores, apenas arquivistas e técnicos em arquivo: um para propor diretrizes de gestão de documentos; outro para delimitar as diretrizes de preservação de

⁵ Disponível em: <https://arquivocentral.unb.br/institucional/planejamento/ciclo-2018-2022>.

documentos; e, o último, para detalhar as diretrizes de acesso e difusão de documentos. Após a definição dessas diretrizes, procedeu-se à sua integração de acordo com as necessidades identificadas pela Direção e pelos coordenadores de Protocolo, Gestão de Documentos e Arquivo Permanente do Arquivo Central.

Os membros dos GTs foram orientados a observar teorias, práticas e legislação pertinentes aos temas de discussão de cada GT, a fim de embasar a formulação das diretrizes. Além disso, a gestão do ACE incentivou os membros dos GTs a visitarem as instituições de referência relacionadas a cada tema. Os GTs foram estabelecidos com o objetivo de promover a inclusão e a autonomia técnica aos servidores do ACE. Os Grupos se empenharam em reunir o conhecimento individual e coletivo dos servidores que conduziram o atendimento das demandas arquivísticas da Universidade.

Com base nas atribuições estabelecidas no Regimento Interno do ACE e na Resolução do SAUnB, as responsabilidades dos agentes da Universidade envolvidos na produção, gestão, preservação e acesso dos documentos foram delineadas na Política Arquivística.

As diretrizes apresentadas pelos GTs foram recebidas, revisadas, incrementadas e consolidadas pelos coordenadores e pela direção do ACE, que não participaram diretamente dos GTs, mas contribuíram com aspectos políticos e complementos técnicos pertinentes para a consolidação da minuta que foi, posteriormente, discutida no Conselho Consultivo do ACE.

No Conselho Consultivo do ACE, o documento passou por ajustes em virtude das contribuições dos membros do Conselho. O Conselho é composto por membros dos quatro campi da Universidade de Brasília, a saber: Darcy Ribeiro, Planaltina, Ceilândia e Gama. Docentes do curso de Arquivologia e técnicos-administrativos da UnB também fazem parte do Conselho.

A composição heterogênea enriqueceu o processo ao integrar os conhecimentos teóricos da Arquivologia com as experiências práticas dos produtores, como docentes e técnicos-administrativos. Isso possibilitou uma abordagem que considerou os conceitos, necessidades e realidades dos diversos agentes institucionais envolvidos na criação, gestão e acesso dos documentos, bem como na produção do conhecimento técnico-científico em Arquivologia e Ciência da Informação. Tal integração foi fundamental para definir conceitos, objetivos, diretrizes e responsabilidades estabelecidos na Política.

De maneira consensual, foi decidido que o texto adotaria a estrutura típica da legislação com capítulos, artigos e incisos. Ademais, os membros sugeriram a necessidade de divulgar o documento em diversos canais, como boletins, redes sociais, informes e eventos. Após a realização de ajustes, tanto na forma quanto no conteúdo, as discussões no Conselho resultaram em uma versão preliminar da Política Arquivística, que foi disponibilizada para consulta pública por meio da internet. Após



a análise das sugestões recebidas, estas foram submetidas novamente ao Conselho Consultivo do ACE. Com as sugestões acatadas e incorporadas, o texto foi então finalizado no âmbito do próprio Conselho.

A metodologia adotada pelo Arquivo Central para desenvolver a Política Arquivística da UnB revelou-se inclusiva, transparente, participativa e eficaz. Iniciada por meio da formação de grupos de trabalho, consolidada por um grupo de gestores, revista e aprovada pelo Conselho Consultivo do ACE, e ainda enriquecida por meio de consulta pública, a política foi finalmente concluída e publicada como Resolução do Conselho de Administração nº0004, de 14 de fevereiro de 2020⁶.

4 ELEMENTOS DA POLÍTICA ARQUIVÍSTICA DA UNB

A Política Arquivística da UnB, além de abordar definições teóricas e práticas no capítulo I, é composta por mais dois capítulos. O segundo capítulo trata das diretrizes, subdividindo-se em quatro seções: a primeira estabelece as diretrizes gerais da política, a segunda traz as diretrizes de gestão de documentos, a terceira enumera as diretrizes de preservação de documentos, e a quarta lista as diretrizes de acesso e difusão da informação. O terceiro capítulo destaca as responsabilidades do Arquivo Central, das unidades administrativas e acadêmicas, do Centro de Informática (atual Secretaria de Tecnologia da Informação), da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, do Conselho Consultivo, da Reitoria e dos servidores e colaboradores da UnB.

Um aspecto fundamental da Política é o reconhecimento da estrutura da Universidade do Arquivo Central como órgão complementar da UnB, desempenhando funções essenciais de ensino, pesquisa e extensão. Na Política Arquivística, o papel do Arquivo Central é declarado nas diretrizes gerais, como o apoio ao ensino, pesquisa e extensão, promovendo atividades de gestão, preservação e acesso aos documentos. A responsabilidade da unidade é enfatizada como sendo a de atuar como laboratório nas áreas de pesquisa, ensino e extensão. Ao instituir essa Política, a Universidade reconhece o papel crucial do arquivo nas atividades principais da instituição, estabelecendo, por meio do seu Sistema de Arquivos, objetivos, diretrizes e responsabilidades que garantem a gestão, acesso e preservação dos documentos decorrentes de suas atividades administrativas e acadêmicas.

⁶ Disponível em:

https://sei.unb.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=5569766&id_orgao_publicacao=0

5 ANTES DA POLÍTICA, UMA BASE ARQUIVÍSTICA INSTITUCIONALIZADA

Destaca-se a relevância de não perder de vista que, antes da publicação da Política Arquivística, a Universidade já contava com outras normas e atos administrativos, além de uma prática arquivística estabelecida. Mesmo na ausência de um ato formal da Administração que instituísse a Política Arquivística, ela já se manifestava na qualidade das práticas e formalidades adotadas pela Universidade para gerir e preservar seu acervo documental. Isso é evidenciado até mesmo no próprio nome do antigo Centro de Documentação e Arquivo da Universidade de Brasília (CEDAQ), que, ao evoluir para o atual Arquivo Central, reflete uma preocupação inicial e contínua com a gestão de documentos.

Embora não houvesse um documento formal até 2020, é importante ressaltar que a preservação da memória institucional foi uma constante ao longo da existência da unidade administrativa, inicialmente como CEDAQ, evoluindo para CEDOC e, posteriormente, transformando-se no ACE. Esse comprometimento estendeu-se aos agentes produtores nos arquivos correntes, refletindo o histórico da Universidade de Brasília em qualificar e especializar seu sistema de arquivos, bem como seus agentes, para garantir a preservação e acessibilidade dos documentos por meio de uma eficaz gestão documental. Esse empenho foi fundamental para a consolidação da Política Arquivística da Universidade de Brasília.

Dentre as mudanças significativas que contribuíram para a consolidação da política na Universidade, destaca-se a nomeação de nove arquivistas a partir do concurso realizado em 2015. A entrada desses profissionais, somada aos oito arquivistas já existentes no Arquivo Central, resultou em uma equipe robusta. A distribuição desses arquivistas nas coordenações do ACE possibilitou a identificação de necessidades e oportunidades nas diferentes áreas de atuação do Arquivo, permitindo o direcionamento estratégico de servidores e atividades conforme as demandas identificadas pelo corpo de arquivistas. Com parte da equipe focada em demandas de gestão de documentos, descrição, difusão, acesso e atividades administrativas, o ACE começou a alcançar os objetivos almejados na prática arquivística.

Reconhecendo a valorosa trajetória do setor, que contou com a colaboração de diversos profissionais ao longo do desenvolvimento da unidade administrativa, é seguro afirmar que o contínuo acúmulo de conhecimento pela equipe do CEDAQ, CEDOC e ACE desempenhou um papel fundamental. Hoje, esse legado se manifesta na sólida prática arquivística da UnB, resultado do perseverante desenvolvimento do pessoal por meio de capacitação técnica e teórica em Arquivologia e áreas correlatas. Vale ressaltar que, dos trinta e seis profissionais no quadro, vinte e seis possuem graduação em Arquivologia, quatro são mestres em Ciência da Informação e dois em



Administração e Gestão de Políticas Públicas. O elevado nível de especialização na área ressalta a capacitação da equipe como um fator essencial para o ACE atingir o êxito na elaboração da política para a UnB. Embora não seja um fator restritivo, o quadro de pessoal altamente qualificado em Arquivologia não apenas permitiu, mas também facilitou a implementação bem-sucedida da Política Arquivística da UnB.

Com a atuação dedicada dos profissionais, tornou-se mais viável o respaldo institucional, refletido na incorporação de servidores de arquivo ao quadro permanente da Universidade e na criação do ACE. O apoio da Administração Superior da Universidade foi crucial para a contratação adicional de arquivistas e outros profissionais qualificados, direcionando a atenção para as necessidades normativas do ACE, sobretudo após o ano de 2014. Destacam-se eventos significativos nesse período, como a criação do ACE pela Resolução do Conselho Universitário nº 0002, de 19 de fevereiro de 2014; a instauração do Sistema de Arquivos da UnB pela Resolução do Conselho Universitário nº 0039, de 29 de dezembro de 2014; a recomposição da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos pela Resolução da Reitoria nº 0059, de 12 de maio de 2015; e a aprovação do Regimento Interno do Arquivo Central pela Resolução do Conselho Universitário nº 0019, de 24 de julho de 2015.

Com o suporte institucional e uma equipe técnica qualificada, a UnB pôde desenvolver os documentos mencionados anteriormente, além de assegurar a alocação de recursos financeiros ao ACE. Adicionalmente, esse respaldo possibilitou melhorias tanto nos ambientes físicos quanto nos sistemas lógicos do Arquivo, contribuindo para o fortalecimento e aprimoramento contínuo da unidade.

6 DESAFIOS E SUPERAÇÃO DE OBSTÁCULOS

A implementação de uma política pública, por sua natureza, deve ocorrer em um ambiente que busca mudanças e adequações, fomentando ações que podem se configurar em programas, planos e projetos que qualificam a governança pública e que possibilitam a entrega de resultados à sociedade.

Nesse sentido, a implementação da Política Arquivística da UnB marcou um avanço significativo, delineando aspectos já consolidados na área arquivística, mas que nem sempre foram devidamente observados. A própria discussão no Conselho de Administração, que levou à aprovação da política, proporcionou o reconhecimento da gestão, preservação, difusão e acesso aos documentos produzidos e custodiados pela Universidade como essenciais ao desenvolvimento da UnB.

Ainda assim, os desafios são diversos na implementação da política arquivística. Apesar da declaração de responsabilidades, claramente expressa no texto normativo da resolução, que incumbe aos produtores de documentos da UnB as responsabilidades sobre os conjuntos sob sua custódia, não é simples alcançar a

cooperação efetiva das unidades que compõem o SAUnB. Tais dificuldades são evidenciadas, por exemplo, na insuficiência de recursos financeiros da unidade para realização dos trabalhos, e na escassez de servidores das unidades para executar tratamentos de gestão de documentos, como a classificação, ordenação, higienização e transferência.

Outro fator que dificulta a implementação da Política é o volume documental dos acervos. Dada a quantidade de registros documentais, a organização dos documentos custodiados nos arquivos correntes, intermediários e permanente é imprescindível à garantia de acesso tão desejado aos conjuntos documentais.

Para aprimorar a busca e a recuperação da informação na Universidade, o ACE tem contado com o apoio da Reitoria e da Secretaria de Tecnologia da Informação e de outros agentes do SAUnB. Destacam-se as iniciativas em torno da contratação e melhorias do quadro de pessoal, visíveis no desenvolvimento e incentivo de ações de capacitação na UnB e em instituições externas; e o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), como a integração de ferramentas de produção, tramitação e descrição de documentos nas rotinas de trabalho da UnB.

Com o respaldo institucional e uma equipe técnica qualificada, a UnB pôde desenvolver a sua Política Arquivística e melhorar a produção, controle e busca de informações registradas nos documentos de arquivo. Embora ainda haja um passivo documental registrado em suporte físico a ser tratado e concentrado no Arquivo Central, as perspectivas de desenvolvimento da equipe e das atividades de ensino, pesquisa e extensão no ACE, oferecem oportunidades para enfrentar as dificuldades e encontrar soluções adequadas para a gestão, preservação e acesso aos documentos de arquivo.

Observa-se que em reconhecimento ao potencial que pode vir a ser desenvolvido pelo ACE, a unidade está operando em novas instalações, oferecendo um espaço mais amplo e mais seguro. No entanto, surgiram novos desafios, como a mudança e a realocação de mais de 20 mil caixas de arquivos intermediários e permanente de várias unidades acadêmicas e administrativas para a nova sede. Entretanto, apesar disso, vislumbram-se oportunidades para o desenvolvimento da equipe e de procedimentos que podem simplificar os processos informacionais da Universidade e, em última análise, inovar na área, buscando um avanço institucional, tanto no aspecto maximalista, quanto minimalista.

7 RESULTADOS E IMPACTOS

A implementação da Política Arquivística da UnB possibilitou ao ACE delinear seus programas de gestão e preservação de documentos, que se constituem em projetos, ações e serviços que promovem a ampliação da interação do Arquivo Central com os



integrantes do Sistema de Arquivos da UnB (SAUnB) e desenvolver práticas para intervir no cenário arquivístico da Universidade. Tais esforços são registrados nos Relatórios de Atividades do ACE⁷ e no Plano de Desenvolvimento Institucional⁸ da Universidade.

A ampliação do diálogo institucional e o fortalecimento do ACE como órgão de apoio às ações da administração e do desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão no contexto arquivístico possibilitaram a inclusão do ACE em diversos projetos. Destaca-se, entre eles, as iniciativas voltadas ao atendimento de alunos da Universidade em atividades técnicas, práticas e demonstrativas; à pesquisa acadêmica, científica e artística no acervo custodiado no ACE; e à extensão universitária⁹, vinculada a difusão e ao acesso de documentos. Esses aspectos aliados à implementação da Política Arquivística e ao uso de TICs reforçaram as interações com unidades fundamentais para a gestão de documentos digitais e inseriram o ACE em pautas transversais de discussão sobre acesso à informação na Universidade.

No contexto da política arquivística, uma das principais demandas da comunidade da UnB foi atendida em 2023, com a mudança do Arquivo Central para um prédio exclusivo destinado aos documentos de arquivo. Esse espaço oferece configurações de trabalho mais adequadas e apresenta potenciais diversos para o desenvolvimento de novas práticas arquivísticas no âmbito do Sistema de Arquivos da UnB (SAUnB).

8 CONCLUSÕES

Diante do exposto, é evidente que a implementação de uma política arquivística em uma instituição pública como a Universidade de Brasília (UnB) é um processo complexo, permeado por desafios e nuances políticas, administrativas e organizacionais. Ao longo deste artigo, examinamos o desenvolvimento desse processo, desde as iniciativas iniciais de debates e reflexões até a consolidação de um documento final.

A experiência da UnB, especialmente através das diversas edições do evento "Gestão da Memória: diálogos sobre políticas de informação, documentação e comunicação para a Universidade de Brasília", evidenciou não apenas a importância do engajamento das diversas unidades acadêmicas e administrativas, mas também a necessidade de uma abordagem contínua e participativa na formulação de políticas institucionais.

⁷ <https://arquivocentral.unb.br/documentos/relatorios-de-atividades>.

⁸ https://planejamento.unb.br/images/Central_de_Conte%C3%BAdos/PDI_UnB_2023_2028.pdf.

⁹ <https://arquivocentral.unb.br/acervo/darcy-bertha-ribeiro>.

Embora a iniciativa não tenha resultado em uma adesão imediata da Administração Superior da UnB, suas repercussões foram significativas, especialmente no que diz respeito à visibilidade e reestruturação do arquivo, culminando na criação do Arquivo Central da Universidade. Esses resultados indicam que mesmo diante de obstáculos, como divergências políticas e administrativas, é possível avançar na implementação de políticas arquivísticas.

A implementação da Política Arquivística da Universidade de Brasília, em 2020, contemporânea às novas discussões apresentadas nas áreas de Informação e Comunicação e alinhada à legislação arquivística, consolida no âmbito universitário uma série de ações e promove outras voltadas ao atendimento da comunidade acadêmica, científica, cultural e jurídica. Visando atender às demandas locais, regionais e nacionais, tanto do público interno quanto externo, o Arquivo Central desenvolveu a Política Arquivística com o apoio de sua equipe de servidores em contato com outros arquivos e Sistemas de Arquivo. Essa iniciativa teve como ponto de partida a definição de GTs para definição de diretrizes para a gestão, preservação e difusão e acesso de documentos. Baseando-se no estado da arte sobre o assunto, foram realizadas revisões de literatura, estudos da legislação e trocas de conhecimento com outros profissionais da área. Passando pela leitura atenta de técnicos, arquivistas, gestores, conselheiros, acadêmicos, pesquisadores e público em geral, a Política foi desenvolvida de forma colaborativa, o que conferiu solidez ao documento aprovado pelo Conselho de Administração da Universidade de Brasília.

Ao se tornar parte integrante dos normativos da Universidade, o documento institucionalizado começou a dar frutos não por si só, mas também devido o esforço conjunto para sua elaboração. Isto incluiu a conquista de um novo espaço; avanços em iniciativas de ensino, pesquisa e extensão; bem como a participação no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional. Apesar da importância atribuída ao documento, é importante ressaltar que a política arquivística da UnB vai além do texto em si. Cabe aos gestores e responsáveis definidos na Política gerir os problemas e buscar soluções em conformidade com a Resolução do Conselho de Administração, da Universidade de Brasília, nº0004 de 14 de fevereiro de 2020, que institui a Política Arquivística da Universidade de Brasília.

Portanto, o processo de elaboração, desenvolvimento e implementação da política arquivística da UnB não apenas evidencia os desafios enfrentados, mas também destaca a importância da revisão periódica, do diálogo contínuo, do engajamento institucional e da busca por soluções colaborativas para a gestão eficaz da informação e da memória institucional.



REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2001.

CHOO, Chun Wei. **A organização do conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. 3. ed. São Paulo: Senac, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS (Brasil). **e-ARQ Brasil**: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. [recurso eletrônico] / Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. 2. versão. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 1 MB). – Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2022.

JARDIM, José Maria. **Políticas públicas de informação**: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, IX, 2008, São Paulo. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br//download/180386>. Acesso em: 25 jan. 2024.

RONCAGLIO, Cynthia e JANKE, Nadja. **Sociedade contemporânea e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: IESDE, 2006.

RONCAGLIO, Cynthia; SIMEÃO, Elmira. (Org.). **Gestão da memória**: diálogos sobre políticas de informação, documentação e comunicação para a Universidade de Brasília. Brasília: Editora da UnB, 2016.

RONCAGLIO, Cynthia; NOGUEIRA, Rodrigo de Freitas; COSTA, Thiara de Almeida. **Estratégias de implementação e atuação do Arquivo Central para a preservação e o acesso à produção científica e a memória institucional da Universidade de Brasília**. *In*: SEMINÁRIO HISPANO BRASILEIRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E SOCIEDADE, VII, Madri/Múrcia, 2018.

RONCAGLIO, C. O papel dos arquivos das instituições federais de ensino superior e a experiência do Arquivo Central da Universidade de Brasília. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 178–194, 2016. DOI: 10.26512/rici.v9.n1.2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/2227>. Acesso em: 25 jan. 2024.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Resolução do Conselho Universitário nº 0002/2014**, que aprova emendas ao Estatuto da Universidade de Brasília e dá outras providências. Conselho Universitário. 2014a. Disponível em: <https://atom.unb.br/index.php/resolucao-do-conselho-universitario-no-0002-2014>. Acesso em: 02 fev. 2024.

_____. **Resolução do Conselho Universitário nº 0039/2014**, que cria o Sistema de Arquivos (SAUnB) da Fundação Universidade de Brasília e dá outras providências. Conselho Universitário. 2014b. Disponível em: <https://atom.unb.br/index.php/resolucao-do-conselho-universitario-no-0039-2014>. Acesso em: 02 fev. 2024.

_____. **Resolução do Conselho Universitário nº 0019/2019**, que aprova o Regimento interno do Arquivo Central (ACE) da Fundação Universidade de Brasília. Conselho Universitário. 2015. Disponível em: <https://atom.unb.br/index.php/resolucao-do-conselho-universitario-no-0019-2015>. Acesso em: 02 fev. 2024.

_____. **Resolução do Conselho de Administração Nº 0004/2020**, que institui a política arquivística da Universidade de Brasília. Conselho de Administração. 2020. Disponível em: https://sei.unb.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=5569766&id_orgao_publicacao=0. Acesso em: 25 jan. 2024.

Recebido em 20/02/2024

Aprovado em 15/05/2024



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0>